

**Comissão Mista de Reavaliação de Informações****148ª Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 418/2025/CMRI/CC/PR

**NUP: 23658.008979/2025-00****Requerente: T.L.A.****Órgão: EBSEH - HUJB-UFCG - Hospital Universitário Júlio Maria Bandeira de Mello****RESUMO DO PEDIDO**

O requerente solicitou:

Cópia do quadro de evolução de pessoal da EBSEH para o Estado da Paraíba, utilizado para a abertura de concurso público regido pelo EDITAL Nº 02 – EBSEH/NACIONAL – ÁREA MÉDICA, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024, conforme exigido pelo art. 3º da Lei nº 14.965/24;

Caso não seja possível o pedido do item anterior, cópia do quadro de evolução de pessoal do estado do HUJB-UFCG, utilizado para a abertura de concurso público regido pelo EDITAL Nº 02 – EBSEH/NACIONAL – ÁREA MÉDICA, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024, conforme exigido pelo art. 3º da Lei nº 14.965/24;

Requeru ainda cópia dos processos administrativos de pedido de contratação de profissionais médicos no HUJB-UFCG.

**RESPOSTA DO ÓRGÃO REQUERIDO**

O órgão informou que em atendimento ao Relatório SEI enviou anexo planilha preenchida com informações em 03 colunas, sendo: Mês/ano; Cargo; e quantidade de vagas liberadas. Os dados informados são de abril de 2024 a janeiro de 2025. Ademais, ressaltou que, no mês de dezembro de 2024, não houve janela de lançamento de vagas em virtude da realização do inventário geral da Rede Ebserh.

**RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA**

O requerente alegou que a resposta está incompleta, *que “a informação não corresponde ao solicitado e muito menos ao previsto na Lei nº 14.965/24, cujo art. 3º, inciso I e II, que exige para que o concurso possa ser autorizado o pedido deve ser instruído com a evolução de pessoal dos últimos 5 anos e a previsão de pessoal dos próximos 5 anos e a denominação e quantitativo de cargos a serem providos.”* Por fim, requereu que seja informado a evolução de pessoal dos últimos 5 anos e a previsão de contratação dos próximos 5 anos por cargo e especialidade médica.

**RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA**

O órgão detalhou a evolução pessoal no período de 2020 a 2024, detalhando às informações por cargo, especialidade médica e quantitativo. Ademais, inseriu como anexo documento SEI com as informações especificadas.

**RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA**

O requerente alegou resposta incompleta, que somente recebeu informações referente aos últimos 5 anos,

mas que não discriminaram a estimativa dos 5 anos subsequentes, que é um dos requisitos para autorização de concurso, citando o art. 3, I, da Lei 14.965/24.

## **RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA**

O órgão recorrido esclareceu que a estimativa da evolução de pessoal dos 5 anos subsequentes acarretaria trabalho adicional, conforme art. 13, inciso III, do Decreto nº 7.724/2012 e que não possuem um sistema informatizado que viabilize a extração automática dos dados solicitados.

## **RECURSO À CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)**

O requerente reiterou a solicitação da estimativa do quadro de evolução de pessoal dos 5 anos subsequentes. Ademais, mencionou a possível ilegalidade do concurso, citando o não cumprimento do art. 3, I, da Lei 14.965/24.

## **ANÁLISE DA CGU**

A CGU realizou interlocução com o HUJB, que em resposta alegou: *“A Lei nº 14.965, de 9 de setembro de 2024, que institui a Política Nacional de Concursos Públicos no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional da União, estabelece, em seu art. 13, que sua vigência terá início em 1º de janeiro do quarto ano subsequente à sua publicação oficial, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2028, salvo antecipação expressa mediante ato de autorização de concurso público”*. Assim, o órgão recorrido considerou que *“o concurso regido pelo Edital nº 02 – EBSE RH/NACIONAL – Área Médica, no tocante ao HUJB-UFCG, foi autorizado em momento anterior à vigência da referida norma. Entendendo que não se aplica, neste caso, a exigência constante do inciso I do art. 3º da Lei nº 14.965/2024, que trata da apresentação da evolução do quadro de pessoal e da estimativa das necessidades futuras com base nas metas institucionais.”* O órgão recorrido também alegou que a informação pleiteada pelo requerente – estimativa de necessidades futuras com base nas metas de desempenho institucional – é, atualmente, inexistente e não está em desacordo com a Lei nº 14.965. Reforçou ainda que a área responsável pela seleção observa integralmente a legislação vigente no momento da autorização e execução dos certames, e que os dados já fornecidos no âmbito das instâncias anteriores do pedido atendem às exigências legais aplicáveis à época. Dessa forma, a CGU entendeu que o HUJB-UFCG declarou a inexistência da informação solicitada — a estimativa das necessidades futuras com base nas metas institucionais para os próximos cinco anos — alegando que o concurso do Edital nº 02 – EBSE RH/NACIONAL – Área Médica foi autorizado antes da vigência da Lei nº 14.965/2024, tornando inaplicável a exigência do art. 3º, inciso I, dessa lei, pois a declaração do órgão possui presunção relativa de veracidade, fundamentada nos princípios da boa-fé, da fé pública e na presunção de legalidade dos atos administrativos.

## **DECISÃO DA CGU**

A CGU não conheceu do recurso interposto perante, visto que a declaração de inexistência da informação que constitui resposta de natureza satisfativa para fins da LAI, conforme a Súmula CMRI nº 06/2015.

## **RECURSO À COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES (CMRI)**

O requerente pediu reconsideração da decisão. Ademais, argumentou que a interpretação da CGU e do EBSE RH está equivocada, uma vez que a Lei nº 14.965/24 já estava vigente na data da publicação do Edital. Alegou ainda que *em caso de abertura sem cargos vagos e sem previsão de criação de cargos violaria o próprio Regulamento de Pessoal da Ebserh, fazendo com o que o concurso seja considerado ilegal*. O usuário também anexou o Regulamento de Pessoal da EBSE RH.

## **ADMISSIBILIDADE DO RECURSO**

Recurso não conhecido.

- Art. 24, do Decreto nº 7.724/2012 e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6/2022.
- Súmula CMRI nº 06/2015.

## **ANÁLISE DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO**

Conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, o

recurso atende aos requisitos de legitimidade, tempestividade e regularidade formal. Todavia, o requisito de cabimento não foi atendido tendo em vista a declaração de inexistência da informação requerida, bem como parte do recurso ter características de demanda de ouvidoria, já que verifica-se que parte dos termos do recurso apresentado à CMRI tem teor de consulta. Nesse sentido, cumpre registrar que no âmbito de um pedido de acesso à informação, que é regulado pela Lei nº 12.527/2011 e Decreto nº 7.724/2011, não cabe a discussão quanto a aplicação legal de determinada norma – como é o caso da aplicação da Lei nº 14.965/24 e do Regulamento de Pessoal da Ebserh no âmbito do concurso do pedido em voga – pois, tal demanda é tido como demanda de ouvidoria, do tipo consulta. Frisa-se que, as manifestações de ouvidoria, também são legítima e estão aptas a serem apresentadas à Administração Pública por meio das opções “Solicitação”, “denúncia” ou “reclamação”, existentes na Plataforma Fala.BR (<https://falabr.cgu.gov.br/web/home>) para o seu devido tratamento conforme a Lei nº 13.460, de 2017, e regulamentos. Dito isto, independente da discussão da aplicação ou não do Regulamento e da Lei nº 14.965/25 no caso em voga – que até porque, a referida lei, em seu art. 13, admite o cumprimento de seu conteúdo a partir de 1º de janeiro de 2028 – pontua-se que o recorrido afirma não existir “*estimativa do quadro de evolução de pessoal dos 5 anos subsequentes*”, assim decide-se pela manutenção do não conhecimento dessa parte do recurso já que não foi identificado negativa de acesso em razão da inexistência da informação. Relativo à declaração do órgão recorrido acerca da inexistência, está amparada na presunção relativa de veracidade e legalidade dos atos administrativos, conforme previsto nos princípios da boa-fé e da fé pública, e está em consonância com a orientação consolidada pela Súmula CMRI nº 6/2015, que reconhece a declaração de inexistência da informação como resposta satisfativa para os fins da Lei de Acesso à Informação.

#### DECISÃO DA CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, nos termos da Ata 148ª Reunião Ordinária, por unanimidade, não conhece do recurso, pois não foi verificada negativa de acesso à informação, nos termos do art. 24, do Decreto nº 7.724/2012 e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6/2022, haja vista que se verifica declaração expressa de inexistência das informações no âmbito do recorrido, aplicando-se assim a Súmula CMRI nº 06/2015, a qual determina que a declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Presidente Suplente da CMRI**, em 25/09/2025, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE MOURA PIRES VIEIRA, Usuário Externo**, em 26/09/2025, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Míriam Barbuda Fernandes Chaves, Usuário Externo**, em 26/09/2025, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO, Usuário Externo**, em 29/09/2025, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis, Usuário Externo**, em 29/09/2025, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Eveline Martins Brito, Usuário Externo**, em 29/09/2025, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA registrado(a) civilmente como RONALDO, Usuário Externo**, em 13/10/2025, às 06:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6957193** e o código CRC **7B12E6F5** no site:

[https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)